

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SOB A PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE (FOOD PRODUCTION UNDER THE PROSPECTS FOR SUSTAINABILITY)

Luá Cristine Siqueira Reis¹

João Gonçalves Neto²

RESUMO: O presente trabalho analisa na atualidade, a agricultura familiar sob o prisma da sustentabilidade em face da cultura de exportação no Brasil. Como a produção de alimentos é alijada perante a produção de alimentos para a exportação. Analisar-se-á ainda como a necessidade de uma efetiva reforma agrária impacta nesta problemática e qual relevância das políticas públicas neste cenário. Tendo em vista que o Brasil é cobiçado por suas riquezas naturais e por suas dimensões continentais, especialmente para produção de bens primários. É um país com florestas tropicais em que a diversidade e produção chegam a ser até o dobro mais produtivo que as florestas de zona temperada. O estudo assenta-se sob o pensamento das contradições e reflexões contemporâneas sobre as monoculturas e biodiversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar; Cultura de Exportação; Reforma Agrária; Exclusão Social; Sustentabilidade.

ABSTRACT: This paper analyzes the actuality, family farming from the perspective of sustainability in the face of export crop in Brazil. As food production is jettisoned before the production of food for export. Will be analyzed even as the need for an effective land reform and what impact this issue relevance of public policies in this scenario. Given that Brazil is coveted for its natural resources and its continental dimensions, especially for production of primary goods. It is a country with tropical forest where diversity and production are up to twice as productive forests of the temperate zone. The study is based on the thought of contradictions and contemporary reflections on monocultures and biodiversity.

¹ Advogada, mestranda em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás, bolsista Fapeg. E-mail: luasiqueirareis@hotmail.com.

² Pós doutorando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Adjunto II da Universidade Federal de Goiás (UFG), do Programa de Mestrado em Direito Agrário (PMDA). E-mail: dellacroce@dellacroce.pro.br.

KEY-WORDS: Agrary Family; Culture Export; Agrarian Reform; Social Exclusion; Sustainability.

INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil é um reflexo que remonta toda uma história de construção da estrutura fundiária do Brasil, de concentração da terra nas mãos de poucos, má distribuição e uma maioria sedenta e dependente dessas minorias para sua sobrevivência e subsistência. Ainda hoje existem pessoas que dependem da terra para sobreviver.

A reforma agrária está prevista desde 1850 na Lei de terras, tem também previsão no Estatuto da Terra de 1964 e reafirmado na Carta Magna da República Federativa do Brasil, a Constituição Federal (CF) de 1988, que traz como um dos parâmetros para desapropriação da propriedade, o cumprimento de sua função social. Esta por sua vez no capítulo III do Livro VII (Da ordem econômica e financeira) no artigo 186 traz os requisitos a serem cumpridos e que cientificamente muitas vezes são ignorados pelo proprietário da terra e ignorado pelo poder público.

A agricultura familiar hoje é alijada em face da monocultura para exportação, pois há a ilusão de que esta segunda será quem pagará ou ao menos diminuirá a dívida externa do país. Como consequência disto, os alimentos têm seus preços elevados, aumentando assim a fome, a desigualdade social e levando ao conseqüente caos urbano. Na contemporaneidade a monocultura é vista como mais rentável e promissora que a agricultura familiar (para subsistência), pois se utiliza de mecanização dos meios de produção, além de uma uniformização das riquezas naturais.

Ignora-se neste contexto a biodiversidade, as riquezas naturais e o ecossistema equilibrado. Não se percebe que este equilíbrio é necessário para uma melhor rentabilidade e produtividade do cultivo. O êxodo rural, promovido pela mecanização das monoculturas é outra situação enfrentada pelas monoculturas, fomentando o desemprego no campo. A agricultura por sua vez, utiliza-se da mão-de-obra da família e eventual presença de terceiros para auxiliar, por exemplo, no período de colheita para não se perder a produção. Além disso, o excedente é vendido e responsável por 70% da produção de alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

A discussão neste estudo visa a sustentabilidade que por vezes é ignorada pelo capitalismo exacerbado que visa o lucro imediato e crê que o estilo de monocultivo seja o melhor e mais inteligente

Objetiva-se com o presente trabalho compreender a dinâmica da agricultura familiar face à monocultura para exportação. A importância da primeira na produção de alimentos para consumo da população brasileira e na empregabilidade do homem do campo. As alternativas que nos são oferecidas bem como a possibilidade de coexistência destas duas realidades.

Como hipótese tem-se que a agricultura merece políticas públicas mais eficientes para fixação do agricultor no campo e incentivos para maior produção de alimentos. O método é o indutivo, pois parte de casos específicos para o geral, e também estudo bibliográfico.

1. AGRICULTURA FAMILIAR: CONJUNTURA HISTÓRICA E ATUAL

A agricultura familiar é aquela quando a família é “proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. O caráter familiar é a forma que essa agricultura “age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 1996, p. 2).

A Agricultura familiar tem uma lei específica, n. 11.326/2006. Para ela agricultor familiar é aquele estabelecido no art. 3º da lei:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Depreende-se dela que o mais importante dentre estes elementos constitutivos da propriedade familiar, seja o quarto, a participação efetiva do conjunto familiar. É este

elemento que assegura e configura a especificidade do referido instituto (MARQUES, 2012, p. 58).

Conforme dados do último Censo Agropecuário³ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) 74,4% dos trabalhadores rurais, são agricultores familiares. Somados eles correspondem a mais de 12 milhões de brasileiros, que são responsáveis por mais de 70% dos alimentos produzidos e consumidos diariamente na mesa da população interna.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA⁴, possui e desenvolve políticas públicas voltadas ao agricultor familiar. Dentre elas destacam-se: Alimento escolar, esta política instituída pela Lei n. 11.947/2009, determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para a alimentação, sejam realizados da agricultura familiar, do empreendedor familiar ou de suas organizações; fomentando assim o desenvolvimento e produção dos assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.

O *Mais alimentos* é uma linha de créditos do Pronaf que financia investimentos para a modernização da propriedade rural familiar; ela permite ao agricultor investimento na modernização e aquisição de máquinas e equipamentos. A assistência técnica de extensão rural (Ater) é outro programa que visa especialmente em melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurícolas, pelo mecanismo de acesso a recursos, renda e aperfeiçoamento da produção, primando sempre pela sustentabilidade.

O programa biodiesel é relevante e contribui para gerar energias de fontes renováveis, em especial os biocombustíveis, que propiciam a inclusão produtiva e geração de renda no campo. Mostrando a relevância da Agricultura familiar com a cadeia produtiva de energias renováveis interna.

O Pronaf é outro programa de estímulo ao agricultor familiar e assentados da reforma agrária. Foi criado por mobilizações de entidades sindicais voltadas para os agricultores. (MEDEIROS, 2010, p. 24).

Dentre os programas citados, o Pronaf (Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Ele é o mais difundido e amplo do

³ Censo agropecuário de 2006. Disponível no site: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=censoagro>

⁴<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/>

MDA. Segundo o Ministério⁵, o programa possui as menores taxas de juros e consequentemente menor taxa de inadimplência entre os sistemas de crédito do país.

Para o geógrafo professor da UNESP, Bernardo Mançano (2008, p. 02 e p. 03), agricultura familiar historicamente associa-se ao campesinato e a estrutura em si, demarca um processo de sua destruição. Pois estes conflitos se expressam em embates de processos estruturais e conjunturais. Antes o conflito do campesinato era com as monoculturas e a ampliação da agroindústria, no período ditatorial em que quase houve extinção dos movimentos camponeses. Atualmente para ele, o conflito deslocou-se dos latifúndios e hoje confronta “com corporações transnacionais” e esta mudança se deve em especial ao processo de globalização da questão agrária brasileira.

A crise alimentar para ele resultou no “mito”, o paradoxo da modernidade: descobriu-se que o agronegócio (as monoculturas) não é verdadeiramente o grande produtor de alimentos. Instigando e demonstrando a importância da agricultura familiar (denominado por ele, campesinato⁶) na alimentação da população, bem como a necessidade de políticas públicas efetivas de soberania alimentar.

Para o professor Benedito Ferreira Marques, a propriedade familiar tem outra característica: “tem o tamanho exato de um módulo, calculado de acordo com cada região do país e tipo de exploração. Nem mais nem menos do que um módulo. Se menor é minifúndio; se maior, pode ser latifúndio ou até mesmo empresa rural” (2012, p. 57).

Rozane Marcia e Sérgio Schneider (2009, p.01), apresentaram um estudo sobre a produção e as políticas públicas alimentares a partir do Programa de Alimentação Escolar do Brasil, buscando compreender como se dá a consolidação do programa. Buscando compreender como vem sendo tratada a questão da escolha do gênero alimentício para alimentação escolar pelos agricultores familiares. E verificou no estudo que na verdade o país enfrenta um duplo problema: sendo o primeiro relativo à exclusão do agricultor familiar do mercado, evidenciado pela grande pobreza rural, e o segundo problema refere-se ao perfil nutricional, complexificado pela dupla carga de morbidade associada às deficiências e a má qualidade do consumo alimentar. Deste modo, segundo os autores, o programa fomenta ainda mais o separatismo e a promoção da fome, ao invés de agregar e somar forças, trabalho e produção.

⁵ Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>.

⁶ Embora haja muitas discussões se de fato agricultura familiar é sinônimo de campesinato. A discussão aqui não é propriamente terminológica e sim demonstrar os contrapontos entre pequena propriedade e latifúndio, suas expectativas, escopos e dificuldades.

François Polet, no texto *Triple défi environnemental pour l'agriculture familiale*⁷, fala sobre o desafio da agricultura familiar do sul do globo. Para o autor o que resolve a problemática é adotar técnicas de cultivo para produzir em condições mais difíceis, melhorar a capacidade do solo em reter água, operar sementes e animais, trabalhando economizando água (tradução livre).

A agricultura familiar hoje enfrenta grandes dificuldades no cenário brasileiro. Como os problemas de acesso às políticas públicas existentes e assistência técnica a ela. Carência na efetividade da assistência técnica e extensão rural ao agricultor que o acompanhe e o assista para o desenvolvimento de suas atividades. A dificuldade de acesso aos créditos voltados para eles ocorre em especial em dois aspectos: desconhecimento ou incompletude nas informações, causando receio do agricultor e impedindo-o que procure o crédito; ou em outros casos eles conhecem o programa de crédito, mas por impossibilidade cadastral (nome negativado) fica impossibilitado de ter acesso a ele.

Embora haja estas problemáticas, percebe-se que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, tenta por vezes passar a imagem de que os agricultores familiares têm sucesso em suas atividades. Uma vez que sua realidade destoa do “slogan” ministerial.

A agricultura familiar como discorre a lei, tem a função precípua de produzir alimentos de consumo e venda do excedente. Alimentos estes em especial que compõem a cultura alimentar de sua região e acabam por serem garantidores da segurança e soberania alimentares. Com a introdução destas novas políticas para seu desenvolvimento: produção de biodiesel e óleo de mamona, por exemplo, há o desvirtuamento do seu papel principal. E esta usurpação é temerosa.

Pois sendo este agricultor responsável por 70% dos alimentos produzidos para alimentação no Brasil, uma vez sua produção voltada aos biocombustíveis, ter-se-á os alimentos que já estão caros, ainda mais elevados em detrimento de sua escassez.

⁷ “Le véritable défi pour l'agriculture familiale au Sud est d'améliorer ses capacités de résistance et d'adaptation à des évolutions que l'on sait déjà énormes, même dans le « best case scenario » (peu probable) où les principaux pays pollués réduiraient rapidement leurs émissions. Pour les millions de paysans confrontés à la diminution de la pluviométrie, ils agissent donc d'adopter des techniques agricoles permettant de produire autant, voire davantage, dans des conditions plus difficiles - en améliorant la capacité des sols à retenir l'eau, en opérant un travail de sélection des semences et espèces animales plus économes en eau, etc.” Centre Tricontinental (Belgique). Jan. 2010. Disponível em: www.cetri.be, acesso em 10/06/2013. “O verdadeiro desafio para a agricultura familiar no sul do país é o de melhorar a sua resistência e capacidade de adaptação às mudanças que já sabemos enorme, mesmo no “melhor cenário” (improvável) caso em que os principais poluidores reduzem rapidamente suas emissões. Para milhões de agricultores que enfrentam a diminuição das chuvas, é, portanto, adotar técnicas de cultivo para produzir tanto ou mais nas condições mais difíceis - melhorar a capacidade do solo de reter água, operando uma seleção de sementes de trabalho e animais poupança em água, etc”.

A preocupante assenta-se, pois, cada dia mais os agricultores têm migrado para este tipo de política/produção, vez que sua venda ser certa e a política pública ser forte para seu incentivo.

2. CULTURAS DE EXPORTAÇÃO NO BRASIL

Para Graziano Neto, o capitalismo moderno instala um desenvolvimento tecnológico da agricultura de produção instável e que requer “técnicas cada vez mais complexas para seu controle” (1982, p. 86).

Boaventura de Sousa Santos em sua obra, *Pela mão de Alice*, destaca o debate que circunda as ciências sociais no que se refere a seus questionamentos fundamentais há época de Fourier, em uma análise de contrastes entre o norte o sul do globo. Parte seu estudo de três pressupostos: O primeiro é entender se as ciências sociais são mais incertas que ao tempo de Fourier; o segundo pressuposto é que em razão da diversidade e conflitualidade, algumas correntes científicas continuam a esquecer problemas fundamentais da ciência ou os identifica; e terceiro pressuposto é que há época (fim do séc. XX), os cientistas sociais não podiam deixar de se posicionarem em diversos campos (2008, p. 282-284).

O autor traz como conceito de problemas fundamentais aqueles que estão na raiz das instituições e práticas humanas, regados de estruturação e ação social, e também sim como fonte de contradições.

Para ele essa dinâmica epistemológica e societal resultam tanto em maior visibilidade de problemas fundamentais como em maior urgência em saná-los. E destaca que inclusive esse poder revolucionário está em xeque. As formas de emancipação, a democracia participativa, ou seja, para ele a solução se assenta em reinventar o pensamento emancipatório e a vontade de emancipação social.

Tudo isto, para demonstrar e compreender por que o discurso das culturas para exportação prega um modelo de produção de sucesso como perspectiva de ideal para a sociedade brasileira.

SANTOS (idem, p. 286-297) elenca o que considera os problemas fundamentais nos diferentes espaços de tempo. Destacar-se-á apenas o que se refere ao espaço-temporal mundial. Aqui ele entende que a sociedade liberal moderna tem vivido com problemas fundamentais radicais que fora movida pelos movimentos socialistas e comunistas. E foram

três para ele os problemas: a explosão demográfica; a globalização da economia; e a degradação ambiental.

A explosão demográfica é vista como um problema quando se tem desequilíbrio entre a população e os recursos naturais e sociais disponíveis para sustentá-los satisfatoriamente. Ao contrário do previsto na Teoria de Malthus: que a produção de alimentos cresceria em escala aritmética, enquanto a população cresceria em escala geométrica. Para o autor, três fatores foram cruciais para fazer cair por terra a teoria de Malthus: “a emigração maciça dos ingleses e dos europeus em geral; o aumento da produtividade da terra com a revolução agrícola, e o aumento da produtividade do trabalho com a revolução industrial” (2008, p. 287).

A globalização da economia o conduz ao segundo vetor da problemática. Houve o deslocamento do eixo da produção e conseqüente maior disparidade entre os países do norte e do sul do globo no que se refere a desenvolvimento e domínio de técnicas. Entre 1945 e 1973 a economia mundial teve uma enorme expansão. O primeiro foi a expansão das multinacionais e conseqüente polarização da desigualdade entre o Norte e o Sul. Pois o traço predominante da economia está na “proeminência das multinacionais é o avanço tecnológico das últimas décadas quer na agricultura com a biotecnologia, quer na indústria com a robótica, a automação e também a biotecnologia” (idem, p. 291). O que não se conseguiu mensurar é o impacto da biotecnologia agrícola na saúde humana e no meio ambiente. Pois a produção aumenta exponencialmente à custa da redução da biodiversidade.

O terceiro vetor para Boaventura é a degradação ambiental. Para ele de todos os vetores mencionados, este em sua concepção é o mais intrinsecamente transnacional, e que certamente pode redundar em um grande conflito entre Norte e Sul, pois afeta direito intergeracional, que vai além da solidariedade transnacional. Pois os países do Norte se especializaram em poluição industrial, e gradativamente têm transferido este potencial aos países do Sul. O que por uma questão de tempo acarretará ao colapso do meio ambiente e tudo indica a um grande problema/conflito.

Nesta perspectiva a escritora e ativista indiana, Vandana Shiva em sua obra *Monoculturas da mente* (2003, p. 36), salienta que há uma inversão dos valores e do que é considerável rentável pela sociedade capitalista. A destruição da biodiversidade é intrínseca ao modelo florestal reducionista que se concebe da floresta. A floresta natural biodiversa hoje é vista como “caos”. A floresta “feita” pelo homem é a “ordem”. Porém ledô engano encontra-se nesta teoria.

“O ponto de vista das matérias-primas industriais é a silvicultura reducionista do capitalismo que divide a democracia e a diversidade da floresta em duas categorias, a madeira com valor comercial é o resto, erva-daninhas e lixo” (SHIVA, 2003, p. 36). E continua: a revolução verde não só mudou as variedades de sementes, mas sagras do terceiro mundo.

Os estudos da escritora e ativista comprovam que as florestas tropicais podem ser até o dobro mais produtivas e com variedades de espécies que as temperadas. Aspecto este que chama a atenção ainda mais de investidores e os atrai para o Brasil. Por sua grande extensão de terra e principalmente por seu clima e variedades de climas, propício à maioria de cultivos.

O autor Graziano Neto discorre que o manejo inadequado dos solos brasileiros agricultáveis torna-os inférteis, causa erosão e desertificação dessas áreas que poderiam ser cultiváveis (1982, p. 98).

3. EXCLUSÃO SOCIAL E REFORMA AGRÁRIA

Sobre exclusão social e reforma agrária, é necessário que se realize a aclamada reforma agrária, para que se minimize e desconcentre tanta terra nas mãos de poucos. Mas este objetivo parece ser tão utópico e distante dos brasileiros que, quando se fala sobre isso, mais parece utopia, que algo já regulado e previsto em lei.

A exclusão social que assola a sociedade é dentre outros fatores, um dos promotores da desigualdade e marginalização urbana. Reflexo da questão agrária presente no Brasil. Pois o rurícola já que não possui espaço em seu ambiente primitivo, vai para a cidade em busca de oportunidade, mas lá acaba marginalizado.

A política também tem responsabilidade neste aspecto, pois é por meio de decreto presidencial que se dá a desapropriação por descumprimento da função social da terra. Segundo MEDEIROS (2010, p. 129) as ocupações de terra cresceram nos anos 1989 e consolidaram o MST como “motor das desapropriações”. O professor Bernardo Mançano (2003), neste sentido destaca que as lutas camponesas, sobretudo a partir da fundação do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) em 1970, foram movimentos que recolocaram a questão agrária em voga na pauta política, que fora sufocada pelo golpe militar de 1964.

Ele acrescenta que, com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), na década de 80, ganhou espaço nas pautas do partido juntamente com o MST e a Comissão Pastoral da

Terra (CPT) questões relacionadas à questão da terra no país, também no que se refere ao enfretamento dos camponeses com latifundiários.

A CPT surgiu durante o governo ditatorial de Médici comprometida com a defesa dos mais pobres, na luta pela terra. (POLETTO, 2010). Após o regime militar, no primeiro governo Fernando Henrique e realizou forte política de assentamentos rurais. Entretanto em seu segundo mandato, como vira que o processo seria mais delongado que o imaginado repreendeu e criminalizou a luta pela terra, desenvolvendo uma nova política de mercantilização da terra.

Neste sentido a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) como presidente representou uma esperança aos atores devido às políticas de reforma agrária. De fato o Lula contribuiu para a reforma agrária no Brasil. Não é o que se pode dizer até o presente momento do governo Dilma. Conforme dados do site “diário liberdade”⁸, o governo Lula assentou 33 mil famílias em 2003, e no governo Dilma foram 22 mil famílias em 2011.

Segundo Shiva (2003, p. 68), a produção de alimentos está a cada dia mais comprometida, pois o que interessa para o capitalismo atual é a produção para exportação, ou seja, monocultura; acabar com a biodiversidade, com as plantas nativas e extinguir a fauna; grãos para alimentar animais, para construção civil e bens primários para manufaturar; isso tem gerado um aumento exacerbado dos alimentos e muitas vezes a substituição por outros equivalentes para tentar se manter um padrão alimentício.

Para Shiva (2003, p. 164) ainda, a produção dos alimentos associa-se também com a sustentabilidade. Quanto mais equilibrado o meio ambiente, maior a tendência de sua produtividade. Deste modo, inegável é a importância de se preservar o meio ambiente em prol de melhores resultados no campo.

4. PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E SUSTENTABILIDADE

A produção de alimentos está cada dia mais comprometida, pois o que interessa para o capitalismo atual é a produção para exportação, ou seja, monocultura.

⁸ Reforma agrária agoniza. Desempenho vergonhoso do governo da Dilma: <http://www.diarioliberalidade.org/brasil/institucional/39045-reforma-agr%C3%A1ria-agoniza-desempenho-vergonhoso-do-governo-dilma.html>.

Para Graziano Neto (1982, p. 82), a luta do homem com a natureza é agravada pelo capitalismo que na busca pelo maior lucro em um menor prazo possível agride o meio ambiente. A lógica do modo de produção capitalista promove um “desperdício desenfreado dos recursos naturais e da força produtiva intelectual e material dos produtores”. Para LUTZEMBERGER (1980) *apud* GRAZIANO NETO (1982), as monoculturas simplificam o ecossistema agrícola de modo a torná-lo vulnerável.

Acabar com a biodiversidade, com as plantas nativas e extinguir a fauna. Grãos para alimentar animais, insumos para construção civil e bens primários para manufaturar. Isso tem gerado escassez dos alimentos e devido à globalização, força-se a substituição de alimentos específicos de uma regionalidade por outros para tentar se manter um padrão alimentício.

A produção dos alimentos associa-se à sustentabilidade. Quanto mais equilibrado o meio ambiente, maior a tendência de sua produtividade. Deste modo, inegável é a importância de se preservar o meio ambiente em prol de melhores resultados no campo.

Amartya Sen, economista indiano escreveu um texto enviado ao The New York Times intitulado: “Os ricos estão mais famintos” (2008). Neste texto o economista destaca a crescente demanda por alimentos, mas que muitas vezes não são para alimentação e sim para produção de biodiesel ou alimentar animais. Demandas como esta, com políticas governamentais equivocadas aplicadas, por exemplo, à África, China, Vietnã e Argentina. Esse problema global segundo ele é provocado por uma desaceleração na produção de alimentos, porém estas políticas sem planejamento ao mesmo tempo fazem com que recursos agrícolas sejam desviados dos alimentos para a produção do combustível, o que torna ainda mais difícil a concorrência para os estômagos famintos.

O referido autor em sua obra “Desenvolvimento como liberdade” (2012, p.291), fala do crescimento populacional dentre outros problemas sociais e econômicos, e neste diapasão conceitua que o “desenvolvimento como liberdade”, firmado pelas relações empíricas, é solucionado justamente pela liberdade e não seu cerceamento.

Acerca da sustentabilidade Vandana Shiva (2003, p. 68), “a característica crucial das monoculturas é que, além de substituir as alternativas, destroem até mesmo a sua base”. São insuscetíveis de outros sistemas e incapazes de se reproduzirem de forma sustentável. Essa uniformização da floresta que a “silvicultura “científica” está tentando criar transforma-se numa fórmula de insustentabilidade”.

Trazendo a temática para a questão do conflito entre ambiental e agrário, tem-se que na verdade a liberdade deve regular as relações de produção, desde que a lei tenha critérios claros e objetivos que não oportunizem a burla das normas.

Arnoud Zacharie, no texto *Ebullitions sociales et crises alimentaires*, trata do tumulto referente aos preços dos alimentos nos países em desenvolvimento. Segundo o Banco Mundial, o valor das commodities desde 2005 aumentaram 80%, o que em um breve espaço de tempo, pode gerar “tumulto” nestes países. E fala ainda do impacto da alimentação no orçamento das pessoas de países em desenvolvimento em face dos desenvolvidos. “Ao contrário dos países ricos, onde a percentagem de alimentos na renda está entre 10 e 20%, chega de 60 a 90% nos países em desenvolvimento”⁹ (tradução livre). Esse fator segundo Zacharie fez com que a crise alimentar generalizasse e tumultuasse o mundo em desenvolvimento.

No mundo e mercado presentes devido a demanda não é mais possível conceber a produção de alimentos oriundos apenas da agricultura familiar. Necessário portanto se torna criar mecanismos eficientes e reais que permitam coexistir essas duas realidades (commodities e agricultura de subsistência). Cada um em sua importância e singularidade em harmonia com o social e ambiental. Respeitando a biodiversidade e sustentabilidade negando a sobreposição de um em relação ao outro.

Neste sentido José Graziano, chefe da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura) em uma entrevista cedida à BBC Brasil realizada em 20/02/2014 asseverou que "a agricultura de subsistência não basta para alimentar o planeta. As commodities devem ser usadas, mas com respeito ao meio ambiente e com o conceito de sustentabilidade"¹⁰.

CONCLUSÃO

A terra é um bem limitado e em virtude das políticas públicas existentes e omissão pelo poder público para a promoção da reforma agrária se torna propícia a acumulação de terras nas mãos de poucos e afasta a função social da propriedade. A terra passa a ser instrumento de dominação jurídico-política e passa a necessitar de instrumentos eficientes para sua justa divisão e utilização.

⁹ “Or, contrairementauxpays riches oùlapart de l’alimentationdanslesrevenus se situe entre 10 et 20%, elleatteint de 60 à 90% danslespaysendéveloppement”. 2010, disponível em: <http://www.cetri.be/spip.php?article566>.

¹⁰ IHU. Instituto HumanitasUnisinos. Entrevista realizada no dia 20 de fevereiro de 2014 com José Graziano da Silva. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/528565-para-chefe-da-fao-compra-de-terras-ameaca-soberania-de-paises-africanos>.

O Brasil não utiliza bem nem preserva a terra de modo adequado, embora tenha grandes extensões. Convive-se neste impasse de quanto, como e para quê produzir. Este embate é o que configura a questão agrária da atualidade, mas que na verdade remonta toda a conjuntura histórica e estrutural brasileira.

As políticas de reforma agrária são tímidas e não têm apresentado os resultados esperados, seja pelo modelo destoar da realidade, seja por não oferecer condições necessárias de infra-estrutura. As políticas públicas voltadas à agricultura familiar ainda carecem e muito de efetividade e principalmente acesso aos agricultores.

As políticas de reforma agrária não têm apresentado os resultados esperados, seja pelo modelo destoar da realidade, seja por não oferecer condições necessárias de infra-estrutura. As políticas públicas voltadas à agricultura familiar ainda carecem e muito de efetividade e principalmente, de acessibilidade aos agricultores, que são o escopo do projeto. As políticas e o mercado brasileiro propiciam e favorecem a monocultura para exportação, mesmo cientes de suas problemáticas e riscos à sustentabilidade e biodiversidade, preferem ignorar os estudos científicos. Com o equilíbrio da natureza comprometido, o que não se pode olvidar é o risco da sobrevivência humana e a qualidade de vida das sociedades. Afinal sem recursos naturais não é possível a existência de mercado de bens e muito menos a sobrevivência humana.

Ainda que o mundo e mercado contemporâneos em detrimento da demanda não mais conceba a produção de alimentos oriundos apenas da agricultura familiar, necessário se faz criar mecanismos eficientes que permitam a coexistência da realidade das commodities como da agricultura para subsistência.

Não há o mais e o menos importante. É necessário preservar, estar atento à cultura alimentar, garantir a segurança e soberania alimentar e também assegurar a viabilidade econômica do mercado. Mas não é plausível colocar em prática um modelo insustentável que deixe em xeque a biodiversidade. Destruidor que dizime a natureza, pois resultará sem dúvidas à extinção humana. Precípuo se faz o respeito ao social e ambiental para garantir a existência das gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 601, de 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre as terras devolutas do Império.**

_____. Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o estatuto da Terra, e dá outras providências.**

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**, de 05 de outubro de 1988, dispõe sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. Lei 11.326/2006 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.**

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal24/04mancano.pdf>>. Revista ano IX, n. 24, outubro de 2008. Acesso em: 18/07/2013.

_____. **Reforma agrária no governo Lula: a esperança**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf> Texto elaborado em setembro de 2003. Acesso em: 20/07/2013.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (**IBGE**), Censo Agropecuário de 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=censoagro>>. Acesso em: 10/07/2013.

IHU. **Instituto Humanitas Unisinos**. Entrevista realizada no dia 20 de fevereiro de 2014 com José Graziano da Silva. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/528565-para-chefe-da-fao-compra-de-terras-ameaca-soberania-de-paises-africanos>>. Acesso em: 24/02/2014.

LUTZEMBERGER, J. A. **Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro**. Rio Grande do Sul, 1980. In: GRAZIANO NETO, Francisco. **QUESTÃO AGRÁRIA E ECOLOGIA: crítica da moderna agricultura**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. 10ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX**. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (**MDA**). Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em 15/07/2013.

POLET, François. **Triple défi environnemental pour l'agriculture familiale**. Centre Tricontinental (Belgique). Jan. 2010. Disponível em: www.cetri.be. Acesso em 10/07/2013.

POLETTI, Ivo. **A igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária.** In: CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.* São Paulo: UNESP, 2010.

Reforma agrária agoniza. Desempenho vergonhoso do governo da Dilma:

<<http://www.diarioliberalidade.org/brasil/institucional/39045-reforma-agr%C3%A1ria-agoniza-desempenho-vergonhoso-do-governo-dilma.html>>. Acesso em 15/09/2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice.** 12 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SEN, AMARTYA. **Desenvolvimento como liberdade.** Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada.** São Paulo: Record, 2001.

_____. **Os ricos estão mais famintos.** Disponível em: The New York Times, em 01/06/2008.

SHIVA, VANDANA. *Biopirataria. A pilhagem da natureza e do conhecimento.* Trad. Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. **Monoculturas da mente.** Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sérgio. **Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção.** Saúde Sociedade. São Paulo: aprovado em 25/08/2010. Acesso em: 22/07/2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** XX Encontro Anual da Anpocs. G17, processos sociais agrários. Minas Gerais, 1996.

ZACHARIE, Arnoud. **Ebullitions sociales et crises alimentaires.** Centre tricontinental (Belgique), 2010. Disponível em: <www.cetri.be>. Acesso em: 15/07/2013.